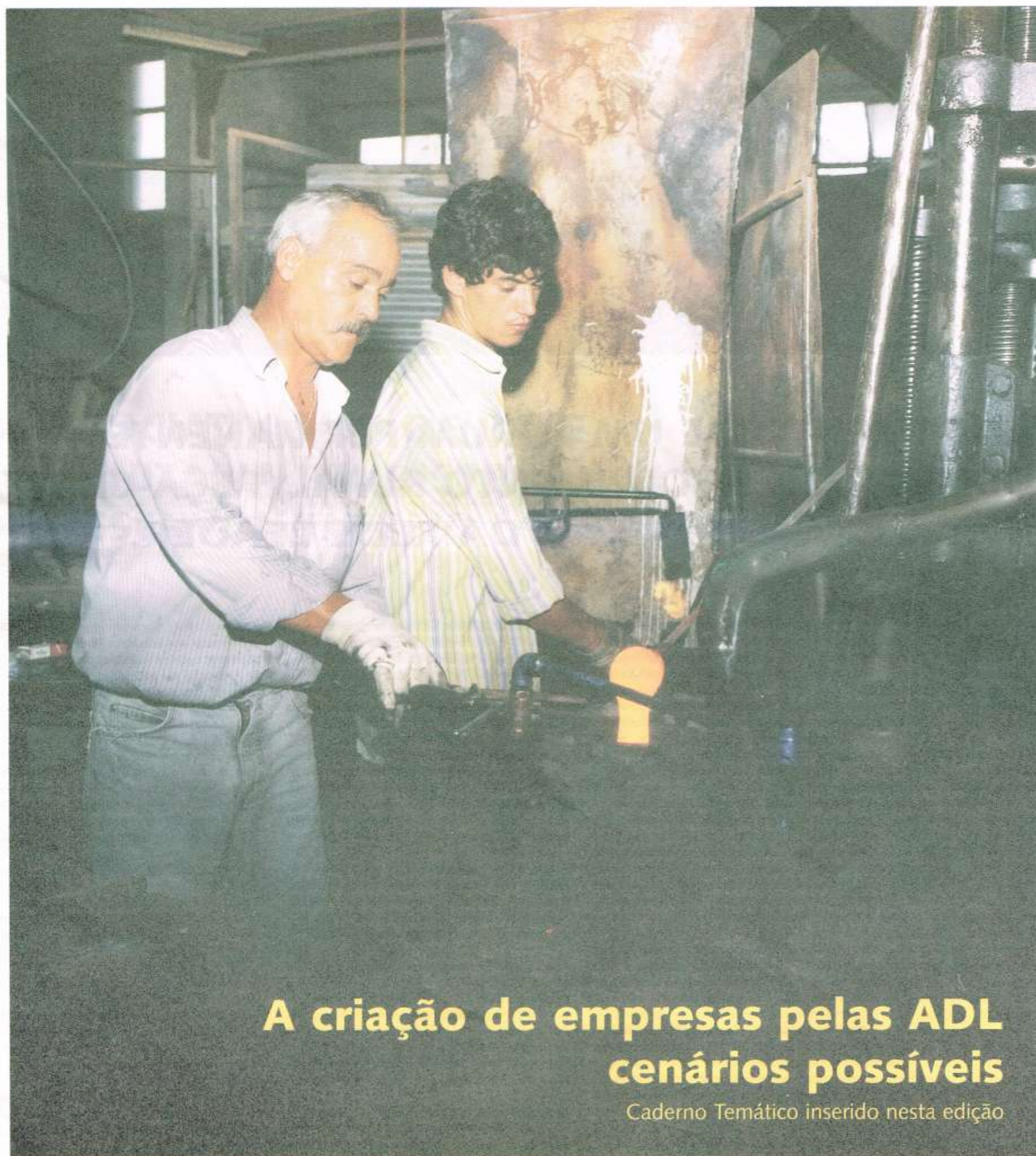


PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Director: Samuel Thirion

Nº 16 | Fevereiro 2001 | Preço: 1 Euro



A criação de empresas pelas ADL cenários possíveis

Caderno Temático inserido nesta edição

Foto: adriano rangel / ISTO É

P3 Conceitos e Preconceitos ■ P8-9 BTL 2001 ■ P10-11 Pessoas

P16 Produtos e Produtores

De acordo com as conclusões do Encontro Nacional de Santarém, a Célula vai lançar, no seu site (<http://caleader.inde.pt>) um Fórum permanente sobre o desenvolvimento rural. Trata-se de uma aposta difícil, com alguns riscos de insucesso, mas que surge agora como um elemento essencial para se dar um salto qualitativo na comunicação interna da rede LEADER e para a preparação do futuro.



Foto: adriano rangel / ISTO É

LANÇAMENTO DE UM FÓRUM PERMANENTE SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL, PEÇA-CHAVE PARA A CONSOLIDAÇÃO DA REDE LEADER.

Um Fórum sobre o desenvolvimento rural, eis uma das recomendações apresentada pelos grupos LEADER no decurso do Encontro Nacional e várias vezes evidenciado. Não tendo havido tempo suficiente para aprofundar as propostas apresentadas pelos grupos em Santarém, não ficámos com uma ideia precisa das expectativas então adiantadas. No seio da própria Célula já verificámos, aliás, existirem opiniões diversas sobre este assunto e diferentes perspectivas sobre a sua operacionalização.

Por isso, o primeiro princípio do Fórum que pretendemos lançar é o da sua **total abertura**. Ele é concebido de modo a que todas as pessoas possam exprimir-se livremente, propondo temas para a discussão ou emitindo a sua opinião sobre temas já em discussão. Desta forma, será a própria prática da comunicação dentro do Fórum que irá ajustando a sua orientação.

Um segundo princípio é o de não repetir iniciativas já existentes, mas antes **desenvolver sinergias com outros meios de comunicação** a funcionar em rede. Referimo-nos, especificamente, à lista de difusão Desenvolvimento Local em Rede - DLR (<http://www.utad.pt/~pferrao/dlr/>), que desenvolve há mais de dois anos uma comunicação de muito interesse, permitindo uma informação directa entre um número muito significativo de pessoas e instituições ligadas ao desenvolvimento local. Enquanto esta rede vem funcionando na base da difusão de mensagens individuais a todos os subscritores da lista, o Fórum permitirá criar um espaço permanente de debate, aberto a todos os visitantes, onde todas as mensagens e opiniões poderão ser visualizadas simultaneamente, permitindo uma continuidade no debate e um permanente retomar da reflexão.

Sabemos que existem riscos no lançamento deste Fórum. O primeiro será o de não conseguirmos **dar vida** a uma tal ideia. Existem, on line, centenas de exemplos de fóruns que, depois de lançados, não conseguiram desenvolver-se. Nós mesmos tivemos, aliás, uma experiência deste tipo - lançando no site da Célula um fórum sobre a engenharia financeira, ele nunca suscitou o interesse da rede. No próprio site do Observatório Europeu, várias tentativas de fórum foram lançadas desde 1995. Só um funcionou realmente, sobre cooperação, certamente porque correspondia a uma real necessidade de os grupos LEADER encontrarem parceiros para os seus projectos.

A taxa de insucesso dos fóruns tem muito a ver, também, com o facto de ser uma actividade muito recente na história da comunicação, não existindo ainda muita reflexão sobre o assunto, designadamente sobre as inerentes técnicas de animação.

Assim sendo, propomos com o lançamento deste Fórum uma descoberta conjunta, tentando juntar os esforços de todos os interessados no sucesso da sua implementação. Ou seja, **vamos todos aprender, fazendo juntos**. Aliás, um dos temas a inserir de imediato no Fórum poderá ser o seu próprio funcionamento, com as sugestões mais adequadas para a sua animação.

O esforço e energia que queremos consagrar a esta iniciativa tem que ver com o enorme interesse que lhe atribuímos, considerando-o como uma actividade prioritária para a animação da rede. De facto, como já referimos várias vezes, a reflexão colectiva no seio da rede LEADER e, mais genericamente, entre todos os actores do desenvolvimento rural, é uma necessidade cada vez mais

premente. Neste momento, essa reflexão já não se pode limitar aos Encontros Nacionais ou a outros quaisquer eventos realizados no âmbito da Célula de Animação. Há necessidade de um debate permanente para que as ideias, discutidas em momentos específicos, possam ser difundidas e alargadamente reflectidas, evitando más interpretações ou conclusões superficiais e permitindo a interligação entre as reflexões levadas a cabo em diversos pontos do país, tanto mais que o movimento do desenvolvimento local precisa de coesão e de solidariedade para enfrentar os desafios do futuro, nomeadamente o grande desafio de garantir a sua autosustentabilidade a partir de 2006.

Esperamos que este Fórum do Desenvolvimento Rural possa contribuir efectivamente para isso. Caso contrário, teremos de descobrir que outras formas podem envolver a reflexão permanente entre os actores do desenvolvimento local em meio rural.

Gostaria de aproveitar esta ocasião para reiterar, mais uma vez, um princípio claro da nossa intervenção: os espaços e veículos de comunicação lançados pela Célula de Animação - jornal, site, etc. - não são espaços reservados. Se a Célula utiliza, obviamente, estes espaços para a divulgação das suas actividades, eles são, antes do mais, **espaços dos grupos LEADER e das suas organizações**. Talvez seja oportuno repetir este princípio, como incentivo a uma cada vez maior participação colectiva.

Samuel Thirion



Foto: adriano rangel / ISTO É

O ASSOCIATIVISMO DE BASE COMUNITÁRIA É INDISPENSÁVEL ÀS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MEIO RURAL?

Em França e Itália existem alguns grupos LEADER que adoptaram como estratégia de implementação dos seus programas, não apoiar directamente projectos individuais.

Quando um comerciante, artesão, pequeno industrial ou simples promotor individual apresenta um projecto, estes grupos exigem que o projecto seja apresentado e tenha o aval duma associação sócio-profissional do respectivo ramo, se esta existir. No caso da não existência de nenhuma estrutura associativa relacionada directa ou indirectamente com os objectivos e natureza do projecto em causa, é solicitado ao pretendente que se junte a outros possíveis interessados em projectos que de alguma maneira possam interagir com o seu, de forma a criarem uma parceria local de sustentação do projecto em causa.

Ou seja, sem parceria local de sustentação, entende-se que o projecto, por um lado, terá mais dificuldades em se consolidar e, pelo outro, a questão do valor e utilidade desse projecto para o desenvolvimento da Comunidade e não apenas do seu promotor, não é especificamente demonstrada.

Neste caso o interesse colectivo da comunidade é sempre colocado em primeiro plano.

Para estes grupos, o desenvolvimento local em meio rural, não passa pelo apoio financeiro a actividades e ou negócios de pessoas que já possuem as condições

minimas, patrimoniais ou de implantação e credibilidade, para poderem recorrer a instrumentos de apoio mais clássicos, de crédito ou outros.

A sua estratégia passa por considerar que o instrumento financeiro LEADER

deve ser usado para:

- Estimular o desenvolvimento das pessoas menos desenvolvidas das suas zonas de intervenção.
- Fazer a pedagogia activa do associativismo como a melhor forma de permitir a inserção dos menos desenvolvidos na dinâmica de desenvolvimento das suas comunidades
- Apoiar o associativismo local, de base comunitária, considerando-o como corpo celular onde interagem os diferentes interesses, se regulam e estimulam globalmente as potencialidades e capacidades existentes.

De certa maneira, estes grupos utilizam o LEADER para financiar práticas de desenvolvimento local contra a pobreza, considerando que entre sub-desenvolvimento e pobreza há uma indissolúvel relação mútua de causa e efeito.

Claro que, para estes grupos - desenvolvimento local contra a pobreza - não é o mesmo que combater a pobreza através do apoio aos menos pobres, esperando que o desenvolvimento destes, provoque necessariamente o desenvolvimento dos outros!

É óbvio que, para o bem e para o mal, as opções destes grupos contrariam frontalmente as opiniões daqueles que defendem que o desenvolvimento é mais rápido e o investimento melhor aproveitado, investindo nos mais capazes, leia-se, nos mais desenvolvidos.

Outra das características destes grupos é a de constituir com os representantes das associações de base, a parceria que analisa e decide sobre todos os projectos apresentados nas suas zonas de intervenção, garantindo desta forma uma participação efectiva da Sociedade Civil e a transparência necessária para obter o indispensável apoio social para a sua acção.

Referimos estas experiências, não porque entendamos que elas são perfeitas e reproduzíveis noutros territórios com condições objectivas e subjectivas diferentes, mas por entender que é uma abordagem algo diferente da prática corrente das nossas Associações gestoras do Programa LEADER, que pode servir de inspiração para a concepção de novas estratégias e práticas, porventura mais condizentes com os objectivos e até motivações daqueles que labutam pelo Desenvolvimento Local em meio rural.

Camilo Mortágua
Alvito, Janeiro de 2001

Grupos de Trabalho fundem-se na realização de Seminários



Foto: adriano rangel / ISTO É

Pensar o Futuro para o seu território

No momento que já é conhecida a maioria dos programas existentes para o período 2000-2006, a questão da montagem de estratégias das ADL para o futuro toma uma importância primordial. Em primeiro lugar, será necessário conhecer todos os programas de apoio existentes, ver como se podem articular, identificar quais são as deficiências das intervenções neles previstas e onde as ADL podem desempenhar um papel particular e, por outro lado, conhecer quais são as possibilidades que lhes são oferecidas para a sua intervenção. Depois, há que articular tudo com o Programa LEADER +, que, de acordo com a comunicação da Comissão Europeia, deverá ter um carácter integrado, piloto e complementar das restantes intervenções.

Pensar e planificar o futuro torna-se, portanto, uma tarefa prioritária e urgente e é uma preocupação actual de todas as ADL trabalhando no meio rural. Dois grupos de trabalho constituídos na sequência de acções de formação já estão a trabalhar neste sentido:

- O grupo de trabalho constituído em Julho de 2000, pela ADRIL, ADRIMINHO ATAHCA e SOL-DO-AVE, tem como objectivo recolher e sistematizar toda a informação existente sobre os programas de apoio, e realçar as oportunidades neles existentes para as ADL.

- O grupo de trabalho constituído em Novembro de 2000 pela ADRAT, Beira Douro, Desteque, Douro Histórico e Dueceira, na sequência da formação de Lamego, fixou como objectivo finalizar o trabalho iniciado na formação, montando e propondo a todas as ADL interessadas uma metodologia específica para elaborar uma estratégia territorial e, conseqüentemente, um plano de desenvolvimento local.

- Tendo em conta a complementaridade entre os dois temas, os dois grupos decidiram juntar os seus esforços numa reunião comum que decorreu a 22 de Janeiro, no Porto. A partir de então, os dois grupos vão trabalhar em conjunto (a próxima reunião está marcada para 6 e 7 de Fevereiro em Vila Real), com o objectivo de realizar um seminário

entretanto agendado para 7, 8 e 9 de Março em Viana do Castelo.

Há que referir também que o método elaborado pelo segundo grupo de trabalho baseia-se em grande parte sobre o método SAP (Sistematização da Auto-avaliação Participativa), elaborado o ano passado pelo grupo de proximidade da Beira Litoral Norte. Como o SAP, este método tem quatro etapas, sendo cada uma das 3 primeiras etapas apoiadas nos resultados das etapas respectivas do SAP.

O trabalho que está a ser elaborado para este seminário resulta portanto da junção dos esforços de muitas ADL. Para reforçar esta dimensão colectiva, os dois grupos de trabalho convidaram todas as outras ADL do país a comunicar as suas experiências próprias na montagem de estratégias de desenvolvimento local e enriquecer desta forma as metodologias e instrumentos que irão ser apresentados e discutidos em Viana do Castelo. O seminário de Viana do Castelo promete ser, portanto, um grande momento de confrontação de ideias para afinar metodologias comuns!

A Comunicação e a Imagem como instrumentos de apoio ao desenvolvimento local

Os grupos do Entre-Douro e Minho ADER-SOUSA, ADRIMAG, DOLMEN e PROBASTO discutiram em conjunto, por ocasião da sua acção de formação realizada em Cerva, no início de 2000, o tema da comunicação ao serviço do desenvolvimento local. E a reflexão percorreu então os aspectos da comunicação interna - ao nível do funcionamento dos próprios órgãos associativos e respectivo corpo técnico bem como dos parceiros envolvidos no projecto - e os aspectos da comunicação externa, quer ao nível do território, quer ao nível exterior. Mais do que referenciar, estudar e definir normas de implementação, interessou aos técnicos presentes a análise dos principais bloqueamentos de comunicação existentes a nível interno e externo, partindo-se desse inventário para a preparação e montagem de uma estratégia de comunicação moderna e eficiente que possa servir ao trabalho das associações de

desenvolvimento local. Foi essa tarefa que deu origem à criação do respectivo grupo de trabalho que deveria preparar um Seminário subordinado ao tema "A Comunicação como instrumento de animação para o desenvolvimento local".

Por outro lado, os grupos da Beira Litoral ADAE, ADIBER, DUECEIRA e Terras de Sicó, a que se juntou a Pinhal Maior, conduziram a sua reflexão, no decurso da acção de formação, sobre o trabalho da Imagem como forma de valorizar e potenciar a intervenção das ADL. A Imagem dos territórios e a Imagem das ADL esteve como pano de fundo desta reflexão, motivando os participantes para a criação de um Grupo de Trabalho que deveria preparar um Seminário subordinado ao tema "A Imagem das ADL como instrumento para o desenvolvimento local".

Seguindo as directivas do último Encontro Nacional, estes dois grupos de trabalho acordaram, em reunião realizada em Arouca, na sua fusão, estando agora a reflexão canalizada para a preparação de um único seminário que tratará, em simultâneo, os dois temas. A identidade dos territórios e a qualidade dos serviços prestados pelas ADL estarão subjacentes à discussão, sendo propósito do grupo introduzir uma componente muito prática na condução do seminário, fornecendo e trabalhando vários instrumentos de promoção de imagem e de comunicação.

O Seminário, que está apontado para Maio deste ano, terá lugar na Lousã, com o enquadramento e apoio da Dueceira.

Serve este texto para falar de rádio. Não, como o título pode indiciar, do divertidíssimo filme de Woody Allen, com participação de Mia Farrow e Seth Green, e que é uma notável homenagem à magia dos tempos áureos da rádio na América dos anos 40, mas sim, e tão só, do projecto "programas de rádio" da Célula de Animação Leader.

"Os dias da rádio"

Um projecto que nasceu da ousadia de tentar inverter o fluxo habitual de informação entre o espaço urbano e rural, submetendo-se a três objectivos:

"envolver a rádio na difusão da informação e da reflexão sobre o desenvolvimento local em meio rural; dar visibilidade ao Programa Leader; e apoiar os Grupos Leader e as rádios locais a elaborarem programas específicos sobre a temática do Leader e do desenvolvimento rural". Para isso definiu-se uma estratégia de produção de micro-programas de uso livre e de um programa de 26 minutos distribuído mensalmente.

Hoje, apesar dos propósitos se manterem firmes, algumas formas de actuação estão já longe dos nossos horizontes pela inadequação das propostas, como é o caso da distribuição mensal de um programa. A voracidade da informação e a neces-

sidade que as rádios têm de receber estes programas com uma regularidade diária ou semanal, não suportável pela escassez dos recursos técnicos e humanos da CAL, obrigou a rever esta estratégia.

Deste modo, o trabalho da CAL está a incidir na produção de peças radiofónicas disponibilizadas regularmente sob a forma de registos não editados ou de "peças" radiofónicas adaptáveis à especificidade de programação de cada rádio. Estas "peças" têm vindo a ser enviadas aos Grupos Leader e às rádios até agora identificadas.

Este envio regular de "peças" tem o objectivo de introduzir paulatinamente informação sobre o mundo rural na programação das rádios, criando o hábito de pensar a informação sem esquecer a ruralidade. No futuro, o objectivo passa por uma selecção do melhor material gravado até aí, para realizar um "pacote" de programas, cuja duração

está ainda indefinida, com recurso a um estúdio profissional, com condições técnicas de que a CAL não dispõe.

Dentro do quadro de actividades existe também o objectivo de realizar programas sob o formato de fóruns de discussão em parceria com rádios que estejam interessadas neste formato de colaboração. A ideia passa por aproveitar os recursos disponíveis aquando da realização de seminários, para organizar programas de debate em rádios das zonas de realização dos seminários.

Por fim, fica o lamento - e de novo o incentivo - pelo facto da apresentação de propostas de temas para as nossas recolhas de som continuar a ser pouco participado pelos Grupos Leader.

João Limão

Exposição LEADER na Escola António Sérgio no Cacém



Foto: Escola António Sérgio

A convite de um grupo de professores da Escola EB 2,3 António Sérgio, do Cacém, realizou-se entre 22 e 26 de Janeiro uma exposição subordinada ao tema "O Mundo Rural", a qual contou com a participação de alunos de várias turmas desta escola secundária, assim como da Célula de Animação LEADER através da montagem de uma Exposição sobre o Programa.

O projecto inicial era levar os alunos a conhecer e a confrontarem-se com uma realidade diferente do seu quotidiano, através dos espaços e das actividades do mundo rural português. Para ilustrar esse mundo, os professores responsáveis partiram de um conjunto de postais que, de norte a sul do país, deram uma panorâmica das paisagens e do património nacional. A Célula de Animação foi contactada directamente para apoiar esta iniciativa, tendo oportunidade de ceder, a título de empréstimo, algum material iconográfico recolhido no seu Centro de Documentação. Foi assim possível montar alguns painéis elucidativos das várias regiões do país, que se mantiveram expostos na Escola durante uma semana.

A apresentação do LEADER como Programa de apoio ao desenvolvimento rural e da sua intervenção e ensinamentos no País acompanhou igualmente esta mostra, através da apresentação da exposição elaborada em tempos pela Célula.

Os alunos da Escola António Sérgio complementaram a exposição com a inclusão de fotografias e postais recolhidos na sua vivência rural, quer ela tivesse que ver com simples passeios familiares, quer ela fosse devida à experiência e vivência desses espaços através de familiares.

S.E.

São Associações de Desenvolvimento Local e têm em comum a particularidade de serem Grupos de Acção Local do Programa Leader II presentes na Mostra "Emprego"/Adapt, além de que se desdobram na procura contínua de programas de apoio a iniciativas. A CAL quis descobrir as razões que levam estas associações a concorrerem a um conjunto de programas diversificados e entrevistou sete dos nove grupos presentes no certame.

Associações Leader marcam presença na "Mostra Emprego"/ADAPT "Coleccionadores" de programas



A complementaridade entre programas e o aumento dos índices de abrangência, a necessidade de investimento na formação profissional e inserção social, e a ausência de estratégias territoriais de desenvolvimento territorial, são apontadas pelos grupos Leader como as principais razões para a necessidade que as associações têm de recorrer a um vasto número de programas comunitários para intervirem nos seus territórios.

Nomes e siglas como ADAPT, Integrar, PAMAF, YouthStart, NOW, ANEFA, PIPLEA, PEDISA, POEFD ou AGRO, entre muitos outros, fazem parte do dia a dia de um técnico de desenvolvimento local. Do apoio a iniciativas de emprego até à integração social, passando pelo incentivo a actividades económicas ou promoção cultural, estes têm sido os principais instrumentos utilizados pelas associações de desenvolvimento local para a concretização de projectos no terreno.

"Temos de concorrer a programas diferentes para dar resposta a necessidades diferentes" explica António Alberto Alves, técnico da ESDIME. A vastidão do território, com concelhos muito diversificados, desperta a consciência de necessidades distintas e específicas, para as quais é necessário encontrar respostas. No caso, a associação tem uma metodologia de intervenção que obriga a "encontrar programas que financiem essa linha de actividades."

Uma perspectiva partilhada por Elsa Branco, representante da Terras Dentro, outra das associações alentejanas presentes no certame. De acordo com esta técnica, o recurso a programas e projectos tão variados assenta nessas duas vertentes: a

resposta à diversidade de problemas e a garantia de financiamentos. "Pessoas e comunidades diferentes, com problemas diferentes, obrigam a enveredar por projectos variados", ao mesmo tempo que "quanto mais diversificado for o trabalho e o número de candidaturas e projectos, mais hipóteses temos de receber fundos", que mantém vivo o trabalho da associação.

A complementaridade e articulação de programas não se limita a responder a necessidades distintas. Segundo o coordenador da Dolmen, Rolando Pimenta, pode funcionar numa lógica de complementaridade em sequência, "que possibilita a intervenção sócio-económica a vários níveis". A experiência desta cooperativa conciliou "o apoio técnico à integração social e profissional e à criação de iniciativas empresariais, com o apoio financeiro a projectos através da promoção e comercialização de produtos, e o apoio técnico à consolidação destas iniciativas", garante Rolando Pimenta. Esta estratégia permitiu o acompanhamento de alguns indivíduos desde os planos de formação até à criação e desenvolvimento de projectos. Um modelo de actuação que reforça os laços entre a associação e a sociedade.

Outras associações optaram por utilizar esta diversidade de programas como um mecanismo de libertação e adequação de fundos. É o exemplo da ADRIMAG. Uma associação que nasceu Leader, em 1991, e que desde 1995 enveredou pela utilização de outros instrumentos. Nas palavras de João Carlos Pinho, coordenador do Grupo de Acção Local, a opção enquadra-se numa nova aposta da associação, que visa dar à região outras

perspectivas e horizontes. "O Programa Leader é uma iniciativa muito interessante, mas não é o 'salvador da pátria', e existem outras iniciativas que têm respostas mais directas para os problemas da zona de intervenção". O modelo de actuação da ADRIMAG passa por encontrar soluções noutros programas que permitam libertar fundos do Leader para a "ligação entre acções de desenvolvimento da economia rural". Para responder a problemáticas como o emprego ou a formação, a associação evitou utilizar "fundos do Leader na área 2, que é uma pequena área de formação profissional, optando por outras fontes como o Escolas - Oficina ou Programas de Inserção/Emprego". Desta forma, a ADRIMAG consegue canalizar os fundos Leader para outros projectos.

Virtudes que não apagam as dificuldades de gerir uma tão variada gama de produtos. Ainda de acordo com João Carlos Pinho "o problema número um é que existe uma disparidade muito grande de programas no nosso Quadro Comunitário e, por vezes, há áreas que nem estão contempladas." Uma opinião partilhada por Isabel Silva, da ADDLAP, para quem esta estratégia "é uma forma de colmatar as lacunas que se encontram nos diversos programas."

Filomena Machado reconhece esta dificuldade e aponta a intervenção integrada da Rota do Guadiana como um exemplo de persistência na conjugação de várias vertentes. A associação definiu três linhas de actuação: a animação económica, a formação e o emprego. Esta opção visa interligar a inserção social com o desenvolvimento local. "O desenvolvimento local tem estado muito centrado

Iniciativa Comunitária EQUAL

De igual para igual

Financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE), a iniciativa Comunitária EQUAL é um programa aplicável no período 2000-2006, que visa o combate às desigualdades e discriminações no mercado de trabalho, de modo a reforçar a coesão social e a competitividade económica das organizações e territórios.

Os projectos a desenvolver têm de obedecer necessariamente a um conjunto de requisitos obrigatórios publicados numa comunicação aos Estados Membros da Comissão Europeia de 5 de Maio de 2000. De acordo com este documento, parcerias de desenvolvimento, inovação e experimentação, "empowerment", cooperação transnacional e "mainstreaming" são as características essenciais.

Além destas linhas de obrigatoriedade traçadas na comunicação, o Programa EQUAL português exige ainda o compromisso entre competitividade económica e coesão social, o envolvimento das empresas nas parcerias, o envolvimento dos trabalhadores e das suas organizações nos projectos, a cooperação que permita sinergias e partilha entre entidades, a garantia de que os projectos respondem a necessidades diagnosticadas e a aplicação de mecanismos de validação de competências.

Os projectos a serem apoiados pelo PIC EQUAL, devem também inscrever-se num conjunto de domínios temáticos que obedecem a cinco prioridades. A empregabilidade, que visa criar condições de acesso e o regresso ao mercado de trabalho dos que têm maiores dificuldades de integração e reintegração e combater o racismo e xenofobia; o espírito empresarial, de modo a facilitar o acesso ao processo de criação de empresas e reforçar a economia social; a adaptabilidade, como forma de promover a formação ao longo da vida e fomentar a capacidade de adaptação das empresas; a igualdade de oportunidades para mulheres e homens, com o objectivo de criar fórmulas e estruturas para conciliar o trabalho e vida familiar e reduzir as disparidades entre homens e mulheres; e por fim os requerentes de asilo, através do apoio à integração social e pessoal, e da formação escolar e profissional.

O período de apresentação de candidaturas abre no dia 5 de Fevereiro de 2001 e prolonga-se até 5 de Maio do mesmo ano. O financiamento será garantido através do FSE, numa proporção de 75 por cento da despesa pública, pelo orçamento da Segurança Social ou das próprias entidades, numa proporção de 25 por cento da despesa pública, e através da contribuição privada de entidades sem fins lucrativos, numa proporção de cinco por cento do custo total dos projectos.

Para aceder a mais informações, basta consultar a página do EQUAL no sítio www.equal.mts.gov.pt ou a página do EQUAL da Comissão Europeia, em www.europa.eu.int/comm/equal.



fotos: João Limão

nas questões económicas e de território, e nós tentámos trazer acima a questão das pessoas", refere a socióloga, coordenadora do Núcleo de Emprego e Formação desta associação.

Mas, não só de lacunas se queixam os técnicos que trabalham no terreno. A Rota do Guadiana encontra-se neste momento num trabalho de reflexão, interno e com os parceiros, no sentido de desenhar os programas de intervenção, mas Filomena Machado sabe que tem de contar com "a condicionante das linhas de financiamento estarem 'espartilhadas', de surgirem separadas no tempo e, às vezes, ser muito difícil articular todas as propostas".

Um sentimento que é partilhado por Júlia Carvalho, da ADDLAP. "Já temos algumas intenções definidas, só não sabemos quais os programas onde as integrar", refere a técnica.

Questões para as quais Pedro Dornellas não tem respostas, mas que reconhece sentir na associação que coordena. Na Vicentina cedo se concluiu que o Programa Leader, "apesar da elevada qualidade e adaptabilidade aos territórios, que fez dele um programa único, era insuficiente". Daí que a associação tenha assumido que "a complementaridade tinha de ser realizada por nós, recorrendo a outros programas."

A experiência acumulada ao nível do desenvolvimento local garante que "não é credível imaginar outra forma de intervir territorialmente, que não seja abranger a totalidade dos problemas e definir estratégias para a sua resolução". Contudo, esta abrangência e complementaridade desenvolvida pelas associações levanta várias interrogações no seio da Vicentina. "Por exemplo, vamos produzir uma candidatura ao EQUAL. Mas tenho muitas dúvidas se não será demasiado arriscado entregar toda a intervenção de âmbito social ao EQUAL, libertando o Leader disso... E se perdermos a candidatura? Como vamos resolver esse problema? Ainda não temos respostas para isso."

De acordo com Dornellas, todas estas questões assentam em causas profundas. "As ADL Leader que trabalham em território rural não têm concertada a nível concelhio uma estratégia de desenvolvimento". Ou seja, como não existe uma estratégia territorial consensual, "por omissão do poder local, acaba por ser entregue às ADL a definição de uma estratégia que é muito mais construída na base do bom senso, do que propriamente devido a um estudo científico." Um trabalho válido e esforçado, mas que segundo este técnico "é o 'calcanhar de Aquiles' do desenvolvimento rural".

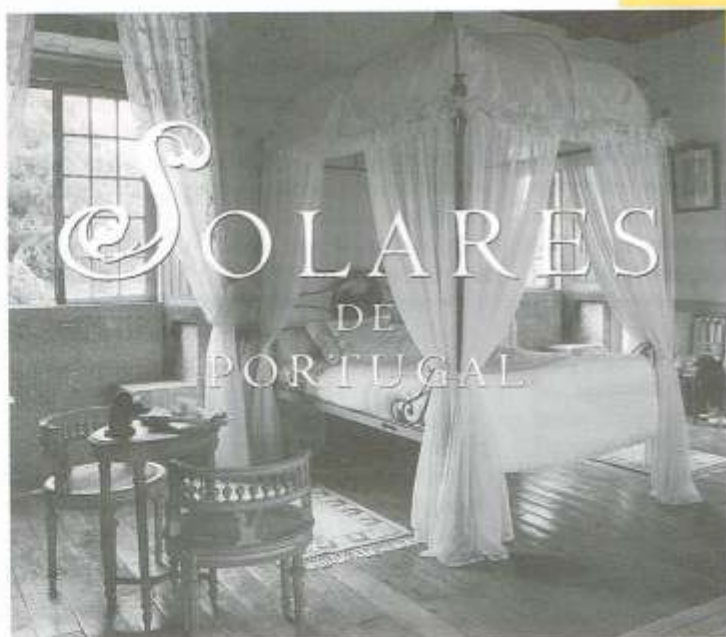
João Limão

A Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) contou, à semelhança de anos anteriores, com a participação de algumas associações de desenvolvimento local LEADER. Este ano, a ADIRN e a DOLMEN foram as únicas a apresentar-se com "stand" próprio. A LEADER-OESTE fê-lo em parceria com a Região de Turismo do Oeste e as associações ADRI, ADRI-MINHO, ATAHCA e SOL-DO-AVE optaram por dar a conhecer o projecto comum - "Aldeias de Portugal".

A TEMPLAR e a TURIHAB, dois projectos ligados às associações ADIRN e ADRI, respectivamente, aproveitaram também a BTL 2001 para lançar as últimas novidades e afirmar a sua posição no mercado. A B2 ANTE (Associação Nacional de Turismo Equestre) e a Rede Paralelo 40 também lá estiveram, reforçando assim a presença LEADER na edição de 2001 da BTL que decorreu entre os dias 17 e 21 de Janeiro, na Feira Internacional de Lisboa (FIL).

BTL 2001

textos de Paula Matos dos Santos
fotos de João Limão



TURIHAB – Solares de Portugal

Este ano, a TURIHAB – Solares de Portugal voltou a apostar forte na promoção. Para esta associação de turismo de habitação, a BTL 2001 foram cinco dias cheios de novidades. No primeiro dia, o lançamento do livro "Solares de Portugal", uma edição exclusiva para sócios da TURIHAB, e a assinatura de um protocolo de cooperação com a VINITUR (empresa especializada em turismo cultural, gastronomia e vinhos), seguido de uma prova de vinhos e do lançamento das "Rotas dos Vinhos Portugueses", permitiram à TURIHAB abrir com chave de ouro. Nos dias seguintes seguiram-se momentos não menos importantes para a associação de Ponte de Lima. A apresentação do projecto "Europa das Tradições – uma visão transatlântica", no âmbito da cooperação da TURIHAB com as associações de turismo rural do Brasil AMETUR (Associação Mineira de Empresas de Turismo no Espaço Rural), ACETER (Associação Cearense de Turismo no Espaço Rural) e PRESERVALE (Instituição de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba), no dia 18, foi o momento mais alto. Consequência da experiência europeia – Europa das Tradições (cujo novo site foi apresentado no dia seguinte) – este projecto visa implementar uma rede transcontinental com os países do MERCOSUL e permitirá, no futuro, a criação de uma central de informação e reservas com ligação à CENTER (Central Nacional do Turismo no Espaço Rural). O Rancho da Casa do Concelho de Ponte de Lima, como já vem sendo hábito, e o sorteio do concurso "Três fins-de-semana nos Solares de Portugal" encerraram o programa da TURIHAB na BTL 2001.

DOLMEN

A DOLMEN apostou, mais uma vez, na BTL para promover o turismo rural do Douro e Tâmega.

Criada pela associação, com o apoio do LEADER, a Central de Reservas "Douro Tâmega" tem, neste momento, uma oferta que já ultrapassa as duas dezenas de casas, algumas das quais recuperadas com o apoio daquele Programa. Uma visita ao "stand" da DOLMEN permitia conhecer algumas dessas casas e, quem sabe, programar alguns dias de descanso naquela região.

ANTE

A participar pela primeira vez na BTL, a ANTE - Associação Nacional de Turismo Equestre - apostou num "stand" próprio. Depois de quase dois anos de trabalho no terreno, a ANTE aparece, finalmente, com uma oferta organizada a nível de percursos equestres. Divulgar e promover o "produto" é a fase que se segue. Para isso, e para já, a ANTE lançou, com o apoio do LEADER, uma pequena publicação com indicação dos percursos, distâncias e duração, assim como uma breve alusão aos pontos de interesse ao longo dos mesmos.



LEADEROESTE

Região de Turismo do Oeste

Este ano, a LEADEROESTE apostou num espaço maior. Em parceria com a Região de Turismo do Oeste (membro fundador) a associação LEADER do Oeste levou à BTL 2001 os principais "tesouros" da região, nomeadamente, o vinho, a cerâmica e, claro, o turismo. No pavilhão 4 - reservado à gastronomia e doçaria regional - a "tasquinha do Oeste" arriscou no peixe e deu a conhecer alguns dos produtos da região, reforçando assim a presença da associação no certame.



ALDEIAS DE PORTUGAL

"Aldeias de Portugal" é uma rede nacional para a promoção do turismo rural que nasceu de um projecto de cooperação entre as associações ADIRL, ADRIMINHO e ATAHCA às quais se juntou, recentemente, a SOL-DO-AVE. Com a oferta a crescer (38 casas, neste momento) e com o objectivo de promover as aldeias de Portugal além fronteiras surgiu a Rede Europeia "Aldeias e Tradição". Apresentar, formalmente, esta rede, da qual fazem parte associações congéneres de Itália e Holanda, foi um dos objectivos que levou a ATA - Associação do Turismo de Aldeia à BTL 2001.



TEMPLAR

Criada pela ADIRN, a TEMPLAR - Rotas e Destinos Turísticos, Lda., tem vindo a apostar num produto diferente na área do turismo activo. Procurando responder às necessidades do mercado, a TEMPLAR foi à BTL apresentar uma nova oferta a nível da descoberta, da aventura e da animação temática. Para 2001, o objectivo é criar um pacote de programas de animação completamente diferente na área da formação "outdoor". Um produto dirigido essencialmente a grupos que a TEMPLAR pretende fidelizar através de um clube - o "TEMPLAR CLUB":



ADIRN

A ADIRN, Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte é já uma presença habitual na BTL. Este ano, para além da obrigatória promoção à região, a ADIRN aproveitou o certame para divulgar o "Autarcas Challenge" - uma aventura para autarcas, de 24 a 27 de Maio, nas Nascentes do Alviela, em Alcaneira, no âmbito do projecto de cooperação transnacional "Europa-Aventura".



PARALELO 40

Integram actualmente a Rede Paralelo 40 três associações LEADER de Itália, 20 de Espanha e quatro de Portugal. Criada em 1997, no âmbito do LEADER na área da cooperação transnacional, a Rede Paralelo 40 procura oferecer uma oferta variada a nível de turismo rural. Por isso, as associações LEADER ROTA DO GUADIANA, CHARNECA, APRODER e LEADEROESTE apostaram neste espaço comum na BTL. Um desafio que a LEADEROESTE levou muito a sério, convidando para cada um dos dias do certame um promotor do LEADER ou do Centro Rural.

Quando a agricultura em Portugal já não consegue suportar economicamente as pequenas quintas, há que pensar numa alternativa. Foi o que aconteceu a Maria Margarida Martins Sousa Pinto, proprietária de uma quinta com 22 hectares em Santo Estêvão de Barrosas, perto de Lousada. O turismo rural foi a primeira hipótese mas Maria Margarida decide apostar na diversificação da principal actividade da quinta, a agropecuária e criar uma queijaria. Produzir uma espécie de queijo fresco ("cottage") era o objectivo mas a escolha acabou por recair num queijo curado de tipo artesanal. Depois surgem as compotas e os doces e, mais recentemente, os "Quadrados de Laranja" - uma massa tipo pão-de-ló encharcada com sumo de laranja de comer e chorar por mais...

"NINGUÉM PODE VIVER SÓ DA AGRICULTURA"

texto e fotografias
de Paula Matos dos Santos

Quando, em 1986, Maria Margarida Martins Sousa Pinto assume a Quinta de Cimo de Vila as circunstâncias não eram as melhores. A quinta já estava na família há muitos anos mas nunca, apesar do incentivo do pai, nem ela nem o irmão, tinham manifestado grande interesse em tomar conta da propriedade. Volta e meia iam lá para festejar um aniversário ou por qualquer outro motivo mas cada um tinha a sua vida.

Criada em Felgueiras, na "cidade", Maria Margarida levava uma vida tranquila, dividindo-se entre a casa, os filhos e o marido quando de repente, tudo mudou. Já lá vão alguns anos mas é com muita emoção que se atreve a recordar. "O meu pai foi criado aqui, nesta casa. Também tinha o trabalho dele mas adorava a quinta e adorava Barrosas. Incentivava-nos para termos conhecimento de como isto funcionava mas nem eu nem o meu irmão tínhamos grande interesse em vir para aqui. Entretanto, o meu pai morre e a vida complicou-se". E como se não bastasse a perda do pai, ainda teve de ver a família desmembrar-se. No princípio tentou afastar-se daquela "guerra" para a qual a estavam a empurrar, mas a certa altura foi mais forte que ela. De um momento para o outro, vê-se num tribunal a lutar por aquilo que um dia seria seu por direito. A força com que enfrentou tudo e todos não sabe onde foi buscá-la mas "ainda hoje", confessa, "tudo o que faço na quinta, faço-o em função do meu pai. Ele dizia sempre que tinha medo que um dia, quando morresse, nós abandonássemos isto".

Quando chegou a Barrosas, e como já imaginava, as "coisas" tinham piorado. A curta gestão do irmão, logo após a morte do pai, tinha deixado marcas. Maria Margarida vê-se obrigada a trocar Felgueiras por aquela pequena aldeia do concelho de Lousada. "Caí aqui de pára-quebras, como costume dizer. Se lhe disser que não era capaz de pôr a mão numa vaca, não mintu. A realidade era essa. Não estava habituada e não conseguia lidar com isso. Tive de aprender à minha custa. Com as vacas comecei por ir buscar aos livros quais eram as suas necessidades, o que precisavam. Depois comecei a inscrever-me em cursos. Tentei tudo. Fui obrigada a fazer o curso de empresária agrícola o que na altura também me ajudou bastante. A partir daí fiz montes deles. Tentava apanhar tudo para saber para onde é que havia de me mexer. Embora nunca seja o suficiente, nesses cursos aprende-se um pouco de tudo. Pelo menos, dá-nos umas luzes". Foi o que acabou por acontecer.

600 litros de leite saem diariamente da Quinta Cimo de Vila

Há mais de 30 anos, altura em que entraram na quinta as primeiras 10 vacas, que o pai tinha apostado na agropecuária. Em 1986, a vacaria estava a funcionar bem e por isso decidiu continuar com ela, apesar das dificuldades do sector. Mas porque os tempos eram outros e o mercado é cada vez mais exigente, determinada a manter a quinta, Maria Margarida investe numa vacaria totalmente computadorizada. Para além de melhorar as condições de produção, era também

uma forma de reduzir as despesas. "São, como se costuma dizer, 45 mil contos que tenho ali enterrados e que, à partida, vai ser muito difícil rentabilizar".

Neste momento, das 150 vacas de ordenha que existem na Quinta de Cimo de Vila, 54 estão em produção. Ou, por outras palavras, saem da vacaria para a "Agros" de Lousada 600 litros de leite por dia. Actualmente, com uma quota de 500 mil litros e com hipóteses de aumentar a produção já pediu uma quota mais alta mas não acredita muito que tal vá acontecer. A experiência diz-lhe isso.

Em 1997, por exemplo, já com a vacaria nova a funcionar, Maria Margarida viu a sua quota baixar para 360 mil litros. Nem queria acreditar. "Agora já tenho 500 mil novamente mas mesmo assim acho que há certas coisas que não estão a correr bem. Os organismos andam muito devagar e as informações chegam tarde e a más horas. Ainda há pouco tempo pedi um novo aumento de quota mas sei que vai ser muito difícil. Neste momento, já falam em 40 escudos o litro... Assim, é impossível rentabilizar uma exploração".

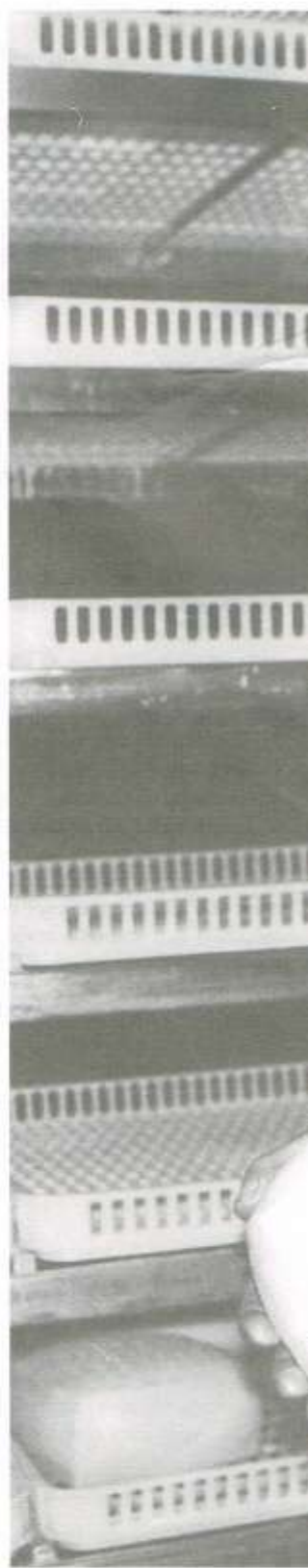
Durante algum tempo, não conseguiu dormir descansada. Nos meses de Verão chegou a fazer três ordenhas por dia. Maria Margarida não tinha ilusões. "Ninguém pode viver só da agricultura. Disso eu estou convencida. Para mim, a agricultura é um 'part-time', é para os fins-de-semana, como costume dizer."

Alguns anos antes, logo após a morte do pai, ainda pôs a hipótese do turismo rural. Chegou a enviar os papéis para o Porto e para Lisboa mas parou quando se apercebeu que essa não seria, naquela altura, e no seu caso, uma boa alternativa. "A ideia que eu tenho do turismo rural é que as pessoas gostam de ter a sua liberdade. Eu sei como é... Os meus filhos, que estão no Porto, quando vêm cá querem é descansar. Se eu os limitasse... Eu achava que com os turistas aconteceria o mesmo. Por isso é que parei. Parei e fui fazer um curso de qualidade de leite, muitos cursos, para ser franca". E foi logo num dos primeiros cursos que fez sobre qualidade de leite que a ideia da queijaria surgiu.

dois tipos de queijo para agradar a toda a gente

"Comecei a pensar na queijaria em 1987. Tirei o curso em 1986 na Estação de Lacticínios de Paços de Ferreira. A parte (do curso) que mais me encantou foi a do "cottage". É um queijo fora de série que cá em Portugal ninguém conhecia, por isso achei que era uma boa ideia". Alimentada durante quase 10 anos, a ideia do "cottage" viria, no entanto, a ser posta de parte quando chegou o momento de concretizar o projecto. "Pensei fazer o "cottage" mas vi que não tinha saída, as pessoas não conheciam. Depois tinha de gastar muito dinheiro; era um investimento que eu não podia suportar".

Com a vacaria, Maria Margarida, já tinha atingido o limite da sua capacidade de investimento. No entanto, não desistiu. E,





mais uma vez, determinação e força foram postas à prova. Um jogo de persistência que não tardou a levá-la à "casa" da ADER-SOUSA. A queijaria começava então a ter pernas para andar. O projecto há muito estava traçado na cabeça. Uma das casas de caseiro, devidamente recuperada e adaptada, daria uma excelente queijaria. O objectivo já não era então fazer o "cottage" mas um queijo curado de tipo artesanal. Em Agosto de 1997, o projecto é aprovado na ADER-SOUSA e financiado a 50% pelo Programa LEADER e, em finais de 1998, a queijaria é inaugurada. "Arrancar" não foi, no entanto, tão fácil nem rápido como esperava. "Comecei a notar que se o queijo era duro as pessoas queriam mole e se era mole queriam duro. Então acabei por fazer dois tipos de queijo: um de pasta dura e outro de pasta mole". Baptizados de "Santo Estêvão" e "S. Paulo", o primeiro distingue-se, logo à primeira vista, do segundo devido à forma pouco habitual. Maria Margarida explica porquê. "Se tenho uma queijaria artesanal achei que era uma estupidez ter prensa porque antigamente não existia prensa. Então achei engraçado mandar fazer umas formas iguais às que eu tinha visto na estação de lacticínios. Só que em vez de as pedir rectangulares como aquelas pedi-as quadradas". Para além desta diferença óbvia e original, diga-se de passagem, existem outras que só quem os conhece muito bem pode explicar. "Entre este queijo quadrado" (o Santo Estêvão) "e aquele" (o S. Paulo - tradicionalmente redondo) "a diferença está na fermentação. O Santo Estêvão é mais amanteigado, tem mais gordura e é mais fofinho. As pessoas até gostam de por o dedo". São gestos como este, de por o dedo, que levam a produtora a refugiar-se, sempre que pode, sempre que lhe sobra algum tempo, na queijaria para experimentar outros tipos de queijo. "Eu faço os queijos conforme a vontade das pessoas, mais gordo, menos gordo... tenho aprendido à minha custa. Só aqui é que vou experimentando. Tento agradecer às pessoas".

Mas seja mais gordo ou menos gordo, Maria Margarida garante a qualidade e a diferença dos queijos que saem da Quinta de Cimo de Vila. "Eu só utilizo leite de vaca (das minhas vacas), fermento e coalho. O que é certo é que se provar um queijo dos outros acho que o sabor é totalmente diferente. O porquê não sei explicar. Um aparte: eu preciso de 10 litros de leite para fazer um quilo de queijo enquanto que noutras queijarias com sete ou oito litros fazem a mesma quantidade. E acho também que o sabor do queijo é mais intenso devido ao choque que eu lhes dou. Enquanto que nas outras queijarias (ouço falar) pasteurizam a 72 graus eu utilizo uma pasteurização mais forte, a 80 graus".

Ao apostar num queijo "artesanal", Maria Margarida também pretende não entrar em concorrência com os queijos industriais. Por isso os circuitos comerciais também são outros. Com um licenciamento que só lhe permite gastar 500 litros de leite por semana (o que é, na opinião da produtora, muito pouco) e com apenas uma "ajudante", não há mãos a medir para dar resposta às encomendas. O que lhe tem valido, ultimamente, é a ajuda de um dos filhos que criou uma

empresa para comercializar e distribuir os produtos que a mãe produz na quinta.

Depois de uma experiência traumática com a restauração e como a licença só lhe permite vender num raio de 40 quilómetros, Maria Margarida, começou a pensar numa forma de ultrapassar as dificuldades que estava a ter em lançar os queijos no mercado. Foi então que o filho pôs a hipótese da "Companhia das Tradições". A mãe achou a ideia ótima. Para além de vir resolver grande parte dos seus problemas, esta solução deixou-lhe mais tempo livre para pensar noutras coisas (leia-se projectos). E ainda mal a "Companhia" tinha nascido e já o cabaz de produtos estava mais gordo, ou melhor, mais doce.

doces e compotas 100% naturais

"A 'história' dos doces e compotas começou por causa do meu sonho de fazer um combinado de queijo fresco (o tal "cottage") e fruta. Como isso não pode ser concretizado (pelo menos para já) comecei pelas compotas e fui avançando lentamente com os dois produtos até chegar à altura de os juntar. O meu sonho é chegar aí".

Enquanto isso não acontece, vai fazendo compotas de tudo quanto tem à mão: pêra, tomate, laranja, pêssego e cenoura. Tudo natural, garante. Apesar de ainda ser um projecto recente, o qual mais uma vez mereceu o apoio LEADER (desta feita já na recta final da segunda fase do Programa) - o negócio vai de vento em popa. "Acho que é um projecto que está a ser engraçado. E até lhe digo que, neste momento, as compotas estão a sair muito melhor que o queijo. Se calhar também porque o preço é interessante. Estou a fazer um preço que no fundo é para fazer mais promoção. Trezentos escudos por um frasquinho destes, se eu for contabilizar, não paga as despesas mas, o que interessa é que as pessoas vão conhecendo."

É isso que é, para já, mais importante para Maria Margarida. Mas porque não consegue estar parada, surgiram os "Quadrados de Laranja". Uma receita simples de sucesso. "É uma massa de laranja tipo pão-de-ló que leva uma cobertura de laranja que eu costumava fazer nos anos dos meus filhos cortada aos triângulos. Como não consegui arranjar embalagens com esse formato, nasceram os "Quadrados de Laranja".

Actualmente, está também a fazer queijinhos frescos mas a ideia é, mais dia menos dia, experimentar o "cottage". Uma esperança que também tem com o turismo rural. Um projecto que espera, um dia, os seus filhos, juntos, consigam concretizar. Nessa altura, diz, sentir-se-á então realizada. Por enquanto, quer seja através dos "Quadrados de Laranja" quer seja pelas compotas ou pelo queijo, o que procura, a cada gesto, a cada passo que dá, é tão somente rentabilizar a quinta. "Isto para mim... não tento realizar-me. O que eu tento é rentabilizar a quinta; é motivar os meus filhos; é prepará-los para o futuro; é vê-los aqui, juntos. É o que me faz andar. Parar é morrer".

PAISAGEM ALENTEJANA, SUA FAUNA E FLORA

15 de Setembro 2000 a 20 de Maio 2001

Organizada pelo Centro de Estudos de Avifauna Ibérica, no âmbito da iniciativa comunitária LEADER, esta exposição pretende mostrar alguns dos retalhos que compõem a paisagem alentejana. A exposição irá passar por vários locais entre Setembro e Maio:

Mourão · 29 de Janeiro a 9 de Fevereiro, Galeria de Exposições | **Mora** · 10 a 25 de Fevereiro, Galeria da Casa da Cultura | **Vila Viçosa** · 12 a 25 de Março, Cine-Teatro Florbela Espanca | **Moura** · 2 a 15 de Abril, CM Moura | **Santiago do Cacém**, 7 a 20 de Maio, CAP Alda Guerreiro, VN Santo André

CIRCUITO HÍPICO DO RIBATEJO

Golegã, Santarém, Almeirim e Azambuja

Novembro 2000 a Março 2001

Com organização da ANTE, da APRODER e da Charneca Ribatejana, esta iniciativa contempla, em cada um dos dias, todas as modalidades hípicas: gincanas, provas de ensino, equitação tradicional portuguesa, obstáculos e cross. Este Circuito Hípico do Ribatejo, pretende, entre outras coisas, a divulgação da prática do Hipismo, o seu fomento junto da juventude e a criação de condições de treino dos cavalos da região para a competição.

Contactos: ANTE - 249 907 104 / APRODER - 243 333 869
CHARNECA - 243 619 062

SEMANAS TEMÁTICAS DO ARTESANATO DO RIBATEJO NORTE

Loja do Ribatejo Norte, Tomar

Janeiro a Março

A ADIRN no âmbito do Projecto Imagem de Marca do Ribatejo Norte vai promover nos próximos meses na Loja do Ribatejo Norte em Tomar as Semanas Temáticas do Artesanato do Ribatejo Norte. As semanas a promover serão as seguintes:

22 de Janeiro - **Semana da Cestaria** | 29 de Janeiro - **Semana da Olaria de Tomar** | 05 de Fevereiro - **Semana da Cerâmica pintada à mão** | 12 de Fevereiro - **Semana da Cerâmica Raku** | 19 de Fevereiro - **Semana da Olaria Tradicional** | 26 de Fevereiro - **Semana dos Trabalhos Artesanais do C. Rec. Infantil de Tomar** | 05 de Março - **Semana dos Trabalhos Artesanais do C. Rec. Infantil de Torres Novas** | 12 de Março - **Semana dos Trabalhos Artesanais do C. Rec. Infantil de Ourém** | 19 de Março - **Semana dos Trabalhos Artesanais do C. Rec. Infantil de Ferreira do Zêzere** | 26 de Março - **Semana dos Trabalhos Artesanais do C. Rec. Infantil de Fátima**

Contactos: ADIRN | Alameda Um de Março, C. Comercial Templários - 3º
2300 Tomar | Tel: 249 31 00 40 | Fax: 249 32 17 20
adirn@mail.telepac.pt | www.adirn.pt

ARTE EM DOIS TONS

Lousã e Figueiró dos Vinhos

18-22 de Abril

A Dueceira / LEADER-ELOZ - Entre Lousã e Zêzere vai realizar a Exposição Internacional de artes Plásticas: Artes em dois tons, no âmbito de um projecto de cooperação transnacional com as entidades francesas LEADER Terres Romanes e Office de Tourisme de Prades. As obras presentes na exposição vão estar integradas em quatro tipologias de arte: pintura, escultura, cerâmica/azulejaria artística e tapeçaria artística e terão como tema "O Mundo Rural".

Contactos: www.dueceira.pt

OUTRAS INICIATIVAS COM INTERESSE

3ª EXPOJOVEM AGRICULTOR DO DISTRITO DE LEIRIA

EXPOESTE - Caldas da Rainha

31 de Janeiro a 4 de Fevereiro

Organizada pela AJAL (Associação de Jovens Agricultores do Distrito de Leiria), esta 3ª edição pretende dar continuidade aos objectivos Agrícolas, Agentes Económicos e Entidades Oficiais por forma a estabelecerem-se novos contactos comerciais, novas oportunidades de mercado, assim como a divulgação de informações de ordem técnica e institucional. Nos dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro, realiza-se o 2º Ciclo de Conferências, subordinado ao tema "Optimização do III

Quadro Comunitário de Apoio". Neste ciclo de conferências serão abordados temas actuais como a "Produção Integrada", "Comercialização e os Novos Desafios", "Programas Rurais", "Inovação Agrária" e a "Globalização Agrícola face às potencialidades do Espaço Lusófono".

Contactos: Associação dos Jovens Agricultores do Distrito de Leiria
Rua do Hospital, Apartado 50 | 2510 - 999 Óbidos
Tel: 262 959 806 | Fax: 262 959 023
ajal.leiria@mail.telepac.pt | dept.tecnico@ajal.pt
form.profissional@ajal.pt | dept.administrativo@ajal.pt
cooperacao@ajal.pt

1º CONGRESSO DAS ROTAS DO VINHO DE PORTUGAL

Estação Zootécnica Nacional Vale de Santarém

14-15 de Fevereiro

A ANDOVI (Associação Nacional das Denominações de Origem Vitivinícolas) em colaboração com os promotores das Rotas do Vinho e do ICEP, decidiu organizar o 1º Congresso das Rotas do Vinho de Portugal, constituindo assim um momento de encontro e troca de experiências entre os principais intervenientes interessados por esta temática. Sendo a vitivinicultura um recurso de grande relevância na economia nacional, pretende-se com a implementação das Rotas do Vinho de Portugal contribuir para o enriquecimento da oferta turística e, ao mesmo tempo, obter dividendos para os produtores/engarrafadores e outros aderentes às Rotas. O objectivo principal é o de sensibilizar todos os agentes para esta problemática, contribuindo para a implementação de um produto turístico estratégico de qualidade, integrado na oferta nacional.

Contactos: Campo Infante da Câmara | Casa do Campino
2000 - 014 Santarém | Tel: 243 330 330 | Fax: 243 330 340

X SALÃO DE TURISMO, DESPORTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Feira Internacional da Galiza

15-18 de Março

Captar um público que procura o contacto com a natureza, o ar livre e novas formas de lazer é o objectivo da Turisport - Salão de Turismo, Desporto e Desenvolvimento Rural. Destacando o turismo rural, agroturismo, ecoturismo, turismo paisagístico, turismo religioso, turismo de montanha e de saúde, turismo cultural e o camping, a Turisport oferece a todos os visitantes excelentes oportunidades para conhecer de perto estas formas de lazer, em constante desenvolvimento em toda a Europa.

Contactos: Feira Internacional da Galiza | Tel: 34 986 58 00 50
Fax: 34 986 58 08 65 | turisport@feiragalicia.com

18ª OVIBEJA

Parque de Feiras e Exposições de Beja

17-25 de Março

Exposições e concursos de gado, festivais equestres de grande beleza, cantares, artesanato, gastronomia e vinhos, concertos e provas desportivas, exposições empresariais e institucionais aliam-se na Ovibeja às jornadas de cooperação transfronteiriça e aos debates técnicos e científicos. Oito dias para (re)descobrir o Alentejo, todas as suas potencialidades agrícolas, históricas e culturais.

Contactos: http://www.ovibeja.com/

MANIFESTA 2001

Tavira

27-30 de Abril 2001

A ANIMAR, Associação Portuguesa do Desenvolvimento Local, e a Associação IN LOCO organizam a 4ª edição da MANIFESTA. Com este acontecimento pretende-se garantir o grande encontro periódico das entidades e dos projectos que, tanto em meio urbano como meio rural, promovem o Desenvolvimento Local no nosso País.

Contactos: Organização Nacional
Animar | Calçada do Marquês de Abrantes, 10 - 3º esq.
1120 - 719 LISBOA | Tel / Fax: 21 397 87 94
animar_lisboa@yahoo.com
Organização Local
Associação IN LOCO | Apartado 603 | 8001 - 975 Faro
Tel: 289 82 50 63 / 289 82 50 32 | Fax: 289 82 71 75
inloco@mail.telepac.pt | www.in-loco.pt

Projecto "Jovens Desafios"

A ADDLAP (Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva) levou a cabo o projecto de formação "Jovens Desafios" no âmbito da Iniciativa Comunitária Emprego, Eixo Youthstart.

Este projecto, integrado numa parceria conjunta de diversos países (Portugal, Grécia, Itália e França), surgiu para permitir a inserção no mercado de trabalho local de jovens que enfrentam exclusão social e escolar, em zonas rurais deprimidas.

Os projectos levados a cabo pelos parceiros, embora distintos, visto se reportarem a realidades sociais diferentes, têm em comum o apoio a jovens com dificuldades ao nível económico, social, profissional, de saúde ou psicológico. E têm por objectivo ajudar estes jovens a encontrarem o seu lugar como cidadãos e intervenientes activos na sociedade actual.

A componente transnacional do projecto teve como objectivo a identificação de metodologias e boas práticas na formação de jovens, que resultou na edição da publicação "For the Employment of Young People with Special Needs". Um documento com o propósito de partilhar os resultados dos diferentes projectos nacionais e realizações transnacionais.

ADDLAP

Um dia na freguesia de...

A ADIRN está a realizar um projecto que se intitula: "Um dia na Freguesia de...", com o objectivo de desenvolver acções com a população da sua zona de intervenção, de forma a promover as zonas rurais através do turismo e produtos artesanais.

Dentro deste espírito, o dia 26 de Janeiro foi dedicado à Freguesia de Formigais (Ourém).

Durante o dia, procurou-se encontrar meios para a realização das necessidades da Freguesia, discutiram-se os benefícios para a freguesia do apoio do LEADER II e procurou-se fomentar uma intervenção activa das Colectividades e Escolas da Freguesia para o seu desenvolvimento.

No final, ficaram previstos alguns projectos a longo prazo onde o programa Leader + deverá ser um dos apoios.

ADIRN



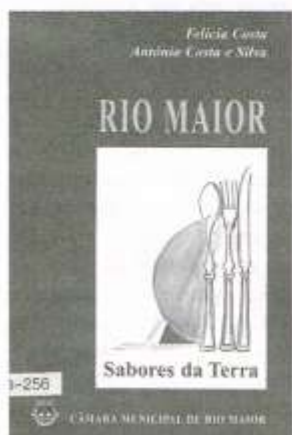
BATALHA. PARA ALÉM DO MOSTEIRO. Roteiro da Batalha

Câmara Municipal da Batalha, 2000

Com o apoio do Programa LEADER II / ADAE

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, inscrito no Património Mundial, é a principal fonte de atracção do concelho. Construído no século XIV, condicionou desde essa data a vila e as gentes da Batalha. A sua imagem de marca, obsessiva, faz esquecer tudo quanto, ao nível do património e da cultura, o envolve. E o roteiro da Batalha que a Câmara Municipal editou, com textos de Maria da Luz Moreira, procura contrapor-se a essa tendência e mostrar uma Batalha "para além do Mosteiro". Uma Batalha rica nas suas tradições, nas suas afirmações culturais, na gastronomia, no Artesanato, nas Lendas, nos Museus.

Profusamente ilustrado, este Roteiro permite ao visitante encontrar a verdadeira Batalha, pujante na sua afirmação. Ali, mesmo à beira do Mosteiro!



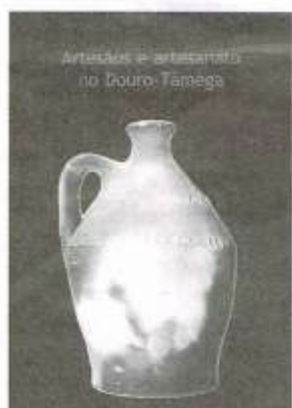
Rio Maior. Sabores da Terra

Felícia Costa e Costa e Silva, Câmara Municipal de Rio Maior, 1998

Com o apoio do Programa LEADER II / APRODER

Desde 1985 que Rio Maior organiza a Festa das Tasquinhas, uma das iniciativas mais marcantes da promoção gastronómica nacional. Em função do seu sucesso, a Câmara local decidiu "registrar em livro este acontecimento, por forma a possibilitar a sua divulgação e, simultaneamente, permitir uma melhor compreensão deste legado de que todos nos orgulhamos". Foi o que fizeram Felícia Cavaleiro da Costa e António José Costa e Silva, produzindo um trabalho que parte de um enquadramento monográfico do concelho para o tratamento mais específico das questões da tradição alimentar. A Feira das tasquinhas é tratada em capítulo próprio, que antecede um conjunto de quatro dezenas de receitas de Rio Maior.

Muito ilustrado, este livro é uma boa divulgação do concelho e um bom contributo para a fixação do património gastronómico regional.



Artesãos e artesanato no Douro-Tâmega

Coordenação de Nicolau Ribeiro, Dolmen, 2000

Com o apoio do Programa LEADER II / DOLMEN

Integrada numa estratégia de desenvolvimento do artesanato da sub-região, a edição deste livro pretende "partir do artesanato mais representativo dos concelhos abrangidos pela Zona de Intervenção LEADER e Centro Rural de Ribadouro, geridos pela Dolmen ... sem os espartilhos das divisões administrativas que estabelecem fronteiras intelectuais numa época em que a oferta de produtos de qualidade, para ser significativa, tem que ter por base parcerias, envolvendo entidades diversificadas quanto ao objecto da actividade e área geográfica de intervenção".

Obra de divulgação, "mostra três ou quatro produtos dos mais representativos de cada município, falando também um pouco dos seus criadores". Com notas monográficas sobre os concelhos e as actividades, esta obra serve também de introdução à visita à região e de apoio a todos os interessados nos trabalhos artesanais.



Flora endémica da Madeira

Roberto Jardim (texto) e David Francisco (fotografia), Muchia Publicações, Funchal, 2000

Apoiado pelo Programa LEADER II / ADRAMA

"A riqueza e diversidade da flora [da Madeira] é reconhecida internacionalmente, contudo muitas das suas plantas ainda não foram descobertas pela maioria dos madeirenses nem dos seus visitantes."

A obra em referência "convida-nos a explorar o maravilhoso mundo de 143 plantas exclusivas do arquipélago da Madeira, numa plena conjugação entre o rigor científico e a elevada qualidade fotográfica".

Edição multilíngue (português, inglês, francês e alemão) a obra publica informação precisa e detalhada sobre cada uma das espécies - nome científico, nome comum, nome de família, subespécie época de floração, frequência de ocorrência, distribuição e descrição morfológica das plantas. A informação é sempre complementada com fotografias cuidadas de cada planta. Em 340 páginas, este livro sistematiza o conhecimento da flora da Madeira e, simultaneamente, constitui-se como um apoio à descoberta de uma das componentes patrimoniais mais ricas do ambiente do arquipélago.

<http://www.interreg-atlantique.org/>



Os cinco estados europeus, Portugal, Espanha, França, Reino Unido e Irlanda, que formam a fachada atlântica da União Europeia, criaram o sítio www.interreg-atlantique.org numa estratégia de cooperação transnacional. Nesta perspectiva foi definido o Espaço Atlântico como um

conjunto de regiões que, embora sejam muito diferentes em termos de características físicas, demográficas e económicas, apresentam objectivos de desenvolvimento que podem ser considerados comuns.

Neste site são apresentados os objectivos estratégicos desta estrutura de cooperação bem como as prioridades e medidas apoiadas em projectos no âmbito do programa INTERREG II C.

Para os interessados a consulta é facilitada pois é disponibilizada a versão em português. Além disso a lista de itens de consulta da página de apresentação, que engloba todas as possibilidades de pesquisa, acompanha todas as restantes páginas facilitando a navegabilidade a quem procura informação mais específica.

www.welcomeurope.com



Um site que oferece uma base de dados com mais de 400 fundos Europeus, um serviço para criar parcerias (encontrar um parceiro) e uma bolsa de peritos que também aceita inscrições de candidatos. Desde subvenções, a empréstimos, garantias e prémios, todas as organizações na

Europa e mesmo fora dela podem encontrar financiamentos para os seus projectos.

Através de uma assinatura disponibiliza um serviço personalizado que segundo as áreas de interesse solicitadas alerta (por e-mail) para as candidaturas que se abrem e respectivos prazos.

www.itcilo.it/delnet



O Programa DelNet do Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apresentado na morada www.itcilo.it/delnet/, tem como objectivo apoiar os processos de desenvolvimento local e de descentralização que se desenvolvem em várias partes

do mundo. Este apoio é formalizado através de serviços de formação, informação, assistência técnica e trabalho em rede, sempre com a perspectiva do desenvolvimento local num contexto globalizado, recorrendo às novas tecnologias como forma de potencializar esses serviços.

Neste conjunto destaca-se o Curso de especialização em Desenvolvimento Local (item "como participar") que, em conjunto com Serviços de Informação e Assistência Técnica, permite obter um título de "especialista em desenvolvimento local" emitido pela OIT, agência especializada das Nações Unidas. Sendo um curso à distância, vem ao encontro dos objectivos propostos. Existe ainda uma série de ligações a outros sítios de organizações mundiais com um papel importante no desenvolvimento.

É importante referir que a convocatória de inscrições para participar no programa DelNet está aberta, e 15 de Março deste ano é a data limite de apresentação de candidaturas, para o período Março de 2001 a Março de 2002.



Museu da Casa Grande

foto: Paula Matos dos Santos

Há 20 anos, ainda ninguém sonhava com as gravuras paleolíticas do Côa, nasceu uma associação de defesa do património em Vila Nova de Foz Côa, mais exactamente em Freixo de Numão - uma pequena aldeia, a meia dúzia de quilómetros das famosas gravuras, rica em vestígios desse passado longínquo. Recuperar e valorizar essa riqueza era o sonho de um homem da terra - um professor de história - que conhecia muito bem a região mas sozinho não tinha meios para arrancar com o projecto.

Na altura, o professor de Freixo de Numão já fazia batidas de campo e escavações arqueológicas acompanhado de alguns alunos e, talvez por isso, não foi difícil cativar os jovens quando chegou a hora de avançar com a associação. A partir daí... A partir daí, entusiasmaram-se e nunca mais pararam.

Em 1993, os objectivos foram redefinidos e a associação, então rebaptizada - Associação Cultural, Desportiva e Recreativa (ACDR) de Freixo de Numão - passou a intervir mais na vida dos freixenses e estes na vida da associação. Já não é apenas a arqueologia que "arrasta" os jovens; é o futebol, é a banda e um sem número de actividades recreativas que começam a surgir nas reuniões de direcção, nas quais, aliás, os jovens participam. Numa aldeia onde, à excepção, talvez, do Café, não há muito mais "pontos de encontro", a ACDR de Freixo de Numão começa a ser o lugar de eleição dos jovens.

À medida, porém, que a associação cresce as responsabilidades e as preocupações do "foro financeiro" também aumentam transformando a associação, nas palavras de António Sá Coixão, "numa máquina mais pesada" obrigando, cada vez mais, os seus dirigentes a exercer uma forte acção de sensibilização junto de agentes capazes de apoiar e subsidiar a associação; desde as autarquias a particulares e empresas mecenas.

Em 1995, a descoberta e a divulgação das gravuras rupestres do Vale do Côa e consequente criação do "Parque Arqueológico", veio permitir um estudo mais aprofundado daquela área, e foi, na opinião de António Sá Coixão, "ouro sobre azul" para a associação de Freixo de Numão. Através de protocolos com o IPA (Instituto Português de Arqueologia) e com o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico), António Sá Coixão acredita que é possível ir mais longe.

A candidatura (bem sucedida) ao Pronorte (sub-programa C) e o Centro Rural de Freixo de Numão, permitiram à associação avançar com projectos de algum peso: as obras de remodelação da Casa Grande (futuro Museu), o Centro de

Juventude e o sítio do Prazo (um dos sete sítios do denominado "circuito turístico/arqueológico de Freixo de Numão). Entretanto, surge o LEADER II. Após muitas "discussões" os dirigentes da ACDR de Freixo de Numão decidem que seria melhor criar uma nova estrutura (associação) do que sobrecarregar aquela. António Sá Coixão explica porque: "Penso que foi mais por questões técnicas; por não quereremos assumir muitos compromissos nessa altura, mas claro que tivemos um bocadinho de receio de não vir a suportar a máquina". Mas quando a Douro Superior (Associação de Desenvolvimento LEADER II) "abre" as portas, a ACDR de Freixo de Numão apresenta, naturalmente, a sua candidatura. Ainda no ano de 1997, a associação inaugurou o circuito turístico/arqueológico de Freixo de Numão com o apoio do LEADER II e, em 1998, múltiplas actividades culturais animaram o sítio do Prazo. Aberto desde 1996, o Museu da Casa Grande (de arqueologia e etnologia) também beneficiou do LEADER II, permitindo recuperar peças, fazer inventários que nunca se tinham feito e editar desdobráveis de promoção e divulgação do Museu que é gerido pela associação. Este conjunto de quatro projectos, concorrendo todos para o mesmo fim - a valorização e a promoção do património de Freixo de Numão - vieram a ser decisivos para a associação dar o salto, tão ambicionado, e necessário, para o turismo. Para isso, explica António Sá Coixão, só falta criar algumas infra-estruturas turísticas que pretendem candidatar ao III QCA. Mas enquanto o dinheiro não chega, as obras continuam.

Depois da recuperação do sítio arqueológico do Prazo, a associação conseguiu avançar com um projecto capaz de divulgar e promover o resultado de anos de trabalho: o parque de lazer do Prazo. Ainda este mês ou no próximo, a associação pretende ver o posto de recepção a funcionar e, até ao Verão, hão-de estar prontos os balneários, os "bungalows", as piscinas, o parque de estacionamento e o restaurante. Um projecto que dará à associação alguma capacidade de auto-sustentabilidade e que permitirá, simultaneamente, divulgar um importante património cultural, por vezes esquecido.

Paula Matos dos Santos



foto: F. B.

O rio Póio é um afluente do Louredo que, por seu turno, lança as águas no Tâmega. Nascedo em plena serra do Alvão, desliza por solo granítico ao longo do planalto para, por alturas de Alvadia, se precipitar numa falha encravada com declive de várias centenas de metros. Já na Veiga, serpenteia entre campos agrícolas das freguesias de Cerva e Limões.

Se a natureza tivesse criado uma varanda de onde se pudessem vislumbrar as suas cascatas, o Póio seria um dos rios mais conhecidos de Portugal. Mas as suas belezas encontram-se escondidas por entre ravinas e apenas alguns iniciados, amantes da pesca ou da natureza, usufruem da sua beleza nos meses de Verão, percorrendo o leito por entre fragas de granito.

Foi este elemento natural o inspirador do nome da associação e o agregador dos seus objectivos e território. Incidindo a sua actuação pelas freguesias de Alvadia, Cerva e Limões, do concelho de Ribeira de Pena, a ADRIPÓIO, constituída em 1998, congrega desde essa data um importante projecto de animação da comunidade, de recolha e dinamização de tradições culturais, de reactivação do tecido económico tradicional e de promoção.

As instituições têm sempre a marca dos seus autores e dinamizadores. E a ADRIPÓIO não existiria hoje sem o entusiasmo de um dos seus fundadores e seu actual presidente, Luís Brandão. Jovem engenheiro, surgiu em Ribeira de Pena como responsável de um projecto de emparcelamento da veiga de Cerva. Os trabalhos de levantamento, de articulação das parcerias e de diálogo permanente entre a comunidade, que um projecto como este necessita, cedo mostraram a urgência de criar uma estrutura que, enquadrando as vontades da sociedade civil, pudesse redinamizar o território. Entre os 13 fundadores que em 1998 sonharam a associação, misturavam-se residentes locais e naturais ausentes, todos irmanados no desejo de "fazer reviver o vale do Póio". Como objectivos impuseram-se a obrigação de trabalhar o apoio técnico ao desenvolvimento local, a formação profissional, a promoção do turismo em meio rural, a valorização dos recursos naturais e do património cultural e o apoio à produção e comercialização de produtos típicos locais.

Instalada numa antiga Escola Primária abandonada onde já trabalhava uma Cooperativa de Artesãs e o Gabinete Técnico do Emparcelamento de Cerva, a associação enquadrou desde o início o funcionamento da UNIVA do Vale do Póio, que ainda hoje presta serviço de apoio a jovens e desempregados na procura de inserção profissional. Numerosas actividades no campo da dinamização e promoção dos valores locais têm sido desenvolvidas ao longo

dos últimos dois anos. As subidas do Póio, feitas anualmente, os jantares regionais inseridos nas comunidades locais, a recuperação das Espadela-das tradicionais, são algumas das iniciativas entretanto avançadas. A Feira do Linho, que hoje se começa a afirmar como uma das actividades do concelho de Ribeira de Pena e que é promovida pela respectiva Câmara Municipal, foi uma das iniciativas pensadas no seio da associação que, por falta de financiamento, teve que ser "entregue" à autarquia. Mas o trabalho mais significativo da ADRIPÓIO nestes quase três anos de vida foi, sem dúvida, a capacidade de dinamizar a actividade das duas cooperativas de artesãs existentes, a CACER, de Cerva, e o Grupo de Tecelagem do Linho, de Limões. O apoio técnico à gestão, a reorganização de corpos sociais e a estruturação da actividade que a associação possibilitou deram nova vida e nova projecção económica à actividade tradicional da tecelagem do linho, que tem nos "rifados" de Limões e nos "manteses" de Cerva, expressões muito peculiares e originais.

Com a entrada do novo Quadro Comunitário novas perspectivas se apresentam para a ADRIPÓIO. Para já, foram lançadas em Dezembro duas acções de formação. A primeira no âmbito das Escolas-Oficina, sobre Tecelagem do Linho, tem como parceira a CACER - Cooperativa de Artesãs Cervenses e envolve 16 mulheres. A segunda, no âmbito da Inserção e Emprego, destinada a Ajudantes Familiares, é montada em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Cerva, envolvendo 15 formandas. E, como se 2001 estivesse destinado a marcar a dinâmica da associação, um protocolo com a autarquia de Ribeira de Pena permitiu que dentro de dias estejam instalados na Casa da Torre, uma antiga edificação da vila de Cerva, recentemente restaurada com o apoio do LEADER e que enquadra actividades culturais do concelho e passa a ser, também, a nova sede da ADRIPÓIO. Onde, para além das actividades de apoio associativo vai ser possível avançar com espaços de exposição e com a dinamização de actividades ligadas à tradição. A marcar a mudança de instalações, a 17 de Fevereiro, a Matança do Porco, com Almoço e Animação Cultural. Uma actividade que reunirá a comunidade local e os muitos convidados que entretanto não deixarão de surgir.

Na ADRIPÓIO, não é por falta de financiamentos que se deixa de trabalhar. As coisas simples, a dinamização da comunidade, a permanente reflexão sobre o passado, o presente e o futuro só "custam" o entusiasmo e o dinamismo de quem a integra. E como isso é sempre o mais importante, o dinheiro não deixará de vir atrás!

F.B.

ficha técnica: nome: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa (ACDR) de Freixo de Numão morada: Av. Prof. Guilherme Cunha - 5155 Freixo de Numão | telefone e fax: 279 789573 | e.mail: freixo.acdr@clix.pt | equipa: António do Nascimento Sá Coixão (presidente), Fátima de Jesus Esteves Saraiva, António Joaquim Félix Soares, Paulo Jorge de Almeida Moutinho, Célia Luisete Ramalho Rodrigues e Ricardina Helena Sousa Costa.

ficha técnica: nome: ADRIPÓIO - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Póio morada: Casa da Torre - Cerva - 4870-042 CERVA | telefone e fax: 259 479 071 | e.mail: adripoio@net.sapo.pt | presidente da direcção: Luís Alberto Mendes Brandão Coelho técnica: Gina da Silva Gonçalves, técnica da UNIVA.

Publicámos já, nas páginas do jornal, excertos da obra de Carlos Jara intitulada "A sustentabilidade do desenvolvimento local" (n.ºs 7 e 10). Neste número e dando continuidade à divulgação daquela obra, reproduzimos excertos de um capítulo sobre planeamento municipal onde é confrontado o planeamento clássico com a necessidade de participação da comunidade.

Planos, cultura política e mistificação do planeamento

Para que o município – o Estado local – possa partilhar com a sociedade o processo de construção política e técnica requerido para se aproximar de um padrão sustentável de desenvolvimento, é preciso, entre outros requisitos, criar e fortalecer as capacidades locais de planeamento. É indispensável entender o planeamento municipal como um processo contínuo e ininterrupto e não como uma actividade tecnocrática que se faz para cumprir com uma obrigatoriedade constitucional, sem participação social. Quando definimos o planeamento como processo, estamos afirmando que não é uma actividade que se esgota na formulação do plano. O plano é, sim, um instrumento de trabalho que diz o que vai ser feito, quando, de que forma, por quem, para alcançar que tipo de resultados. O plano não é apenas um instrumento técnico de trabalho, mas também a expressão de um compromisso, um contrato social, um pacto político, um projecto colectivo que compromete o governo local e toda a população.

Esse processo precisa da construção colectiva de uma visão para o futuro do município, explicitando os princípios que dão sentido a essa imagem, bem como definindo as estratégias que orientam os esforços dos actores sociais e institucionais envolvidos. Mas, principalmente, precisa da democratização do poder local, porque, como foi dito, o desenvolvimento expressa um conjunto de soluções que implicam mudanças no equilíbrio social existente entre actores sociais e agentes económicos. É preciso remodelar os relacionamentos políticos para torná-los mais flexíveis e abertos ao controle dos cidadãos.

Essa forma de interpretar o planeamento municipal ainda encontra dificuldade para gerar consenso entre as autoridades municipais e os segmentos hegemónicos. Todavia, a distribuição interna de novos papéis políticos não está sendo uma tarefa fácil, como demonstra a realidade municipal, na medida em que são afectados interesses há muito tempo sedimentados. Mas, sem construir um diálogo político que possa produzir soluções colectivas partindo das demandas particulares, é difícil democratizar a sociedade local e fortalecer o exercício da cidadania. Os interesses dos diferentes actores sociais não podem ser ignorados. Temos que proceder à adequação de propostas e interesses particulares às necessidades colectivas, delimitando, no processo de planeamento, um campo real de possibilidades de mudança. Toda essa complexidade e toda essa diferenciação de propostas, tipicamente unidimensionais e particulares, devem ser processadas.

No planeamento municipal convencional, prevaleceu a vontade dos tecnocratas. Qualquer cogitação decorrente de envolvimento de outros cidadãos nas decisões do Plano era vista como intromissão indevida nas prerrogativas das autoridades. Surgiram, sim, certas

formas de planeamento democrático que substituíram o planeamento interactivo pela consulta colectiva pontual a cidadãos passivos e encapsulados no autoritarismo clientelista, os mesmos que com frequência reivindicaram projectos que respondem a demandas concretas. Muitos prefeitos [presidentes de câmara] convocam o povo para legitimar um plano, mantendo o controle social e político, mediante sistemas locais centralizados e burocratizados, porque a credibilidade política, entendida como o grau de aceitação do governo local junto às comunidades e actores organizados, depende mais dessa cultura de projectismo do que da definição de prioridades e objectivos para o longo prazo. Assim, a tomada de decisões acontece como um exercício relativamente fechado, que só incorpora, de forma marginal, as questões que as comunidades pobres sinalizam como importantes. Planos-livros transformados em esquemas rígidos demandando obediência, instrumentos de trabalho que promovem interesses particulares, incapazes de galvanizar o entusiasmo popular, de mobilizar a energia social, o emocional colectivo, bem como a inteligência, a criatividade e a força espiritual do povo em torno da visão de uma nova sociedade. Em síntese, documentos que apenas mobilizaram minorias.

O planeamento municipal da sociedade sustentável pode abrir possibilidades ao desenvolvimento de formas económicas e relacionamentos sociais mais justos e equilibrados. Sendo participativo e processual, o planeamento local sustentável pode criar condições para democratização do poder, promovendo uma redefinição das relações Estado/sociedade e institucionalizando um diálogo entre o governo local e os movimentos sociais. Ele pode, também, ser um instrumento que permite gerir conflitos, atenuando confrontos locais, e, segundo como seja orientado o processo de democratização, um mecanismo que estimula o acesso dos grupos excluídos à esfera de tomada de decisões.

O planeamento municipal convencional, influenciado pelo pensamento desenvolvimentista, ficou prisioneiro da racionalidade e da dinâmica dos processos económicos. Os planos-livros que foram elaborados, redigidos de forma sofisticada e complicada, enfatizaram nas variáveis quantificáveis da realidade material, ignorando as dimensões culturais, políticas, ambientais e institucionais. As políticas públicas resultante basearam-se, principalmente, em considerações de carácter económico. Diante da implementação de políticas predominantemente unidimensionais e assistenciais, as administrações municipais geralmente reforçaram a existência de problemas e relacionamentos. Além do mais, o processo de elaboração do plano-livro foi o espaço no qual prevaleceram a vontade e os critérios quase exclusivos dos economistas, como gurus das análises

mais profundas. Estes foram mistificados e terminaram mistificando-se a si mesmos.

[...]

E isso consolidou uma grande incompetência social, arrogante e treinada, particularista.

Em geral, os planos municipais convencionais (Planos Directores) tiveram uma avaliação negativa pelo seu carácter impositivo, simétrico e tecnocrático da metodologia de planeamento empregada e, também, pela ineficácia dos resultados (L. Gondim, IBAM, 1996). Daí as múltiplas resistências que despertou esse tipo vertical de planeamento e a necessidade de criar uma nova maneira de concebê-lo. Podemos identificar resistências culturais, conceituais, ideológicas e informacionais. Via de regra, não deram resposta prioritária às reivindicações dos movimentos sociais. Por conseguinte, não incorporaram valores democráticos, nem levaram a novas formas de gestão social e política que permitam articular a democracia directa com a representativa. Podemos afirmar que os índices de envolvimento das comunidades no processo de tomada de decisões foram insignificantes, e o exercício da decisão, da cidadania política, ficou reservado à elite económica e à hierarquia administrativa do município. As comunidades rurais, em geral, têm elaborado uma imagem negativa do planeamento, simplesmente porque se encontra associada ao não fazer (G. Katter, 1998). Grande parte desses planos não chegou a implantar-se, e poucos tiveram impacto transformador nos relacionamentos de exclusão e pobreza.

Outro esquema de resistência, já sugerido anteriormente, diz respeito às barreiras estabelecidas pela cultura política dominante. As autoridades locais, alimentadas pelo mito da ameaça de perda do poder, não aceitam facilmente um esquema participativo. Com frequência, o maior obstáculo para democratizar a gestão municipal é o próprio prefeito. Educado na pedagogia do autoritarismo, sente que a divisão do poder traduz perda de status. Não consegue compreender que a legitimidade política pode ser construída, de forma sustentável, mediante processos de distribuição do poder. Tão pouco aceita que a pobreza só pode ser combatida pela solidariedade e, dificilmente, pela competitividade, porque os valores autoritários e clientelistas sempre acabam negando a convivência social. Governa-se na confrontação, como se a esfera política fosse sempre um campo de batalha. Não se governa na consciência de que, cooperando, dialogando com o povo, "dando poder" e criando sinergias entre parceiros, é possível construir o futuro de forma comum. O compromisso é sempre formal, externo, assinado nos convênios. Não se promove esse compromisso interno que gera energia humana e activa a criatividade. O compromisso não é simplesmente um con-

ceito de human relations, mas um elemento essencial do comportamento social. A sociedade compromete-se com um novo projecto de sociedade, e isso é questão participativa.

Por outro lado, as comunidades, sem instrumentos de controle e fiscalização local, também cobram e reclamam, partindo do mito da tomada de poder, instigado por valores que misturam a subalternidade com o conflito. Uma cultura política, um modelo de gestão que se levanta sobre bases antagónicas, assentado na desconfiança, na dialéctica da negação do outro e na ingenuidade dos grupos excluídos, não permite o desenvolvimento da cidadania política. Essa dialéctica fundamenta-se na negação cultural (pequeno produtor, índio, mulher, analfabeto, etc.) condicionando relacionamentos de exclusão (Calderón, Hopenhayn e Ottone, UNESCO, 1996). Quando governantes e governados se ligam à suspeita e ao receio, é impossível estabelecer um relacionamento de convivência harmónica. A cultura cria e reproduz uma coacção ríspida e hostil, fazendo com que ninguém se movimente para apoiar ou escutar o outro. Não existe clima para que um determinado actor social possa entender o discurso e o sentir do outro. Além do mais, o povo também resiste caladamente às propostas das elites, pela sua própria desinformação; fica angustiado perante o discurso dos técnicos planeadores, expressa recusa às novas propostas, fechando-se nas experiências conhecidas, porque ninguém participa das coisas que não conhece. A lógica dessa atitude é a seguinte: melhor acertar pelo conhecido do que se arriscar e errar participando em novos empreendimentos. A construção do futuro fica sob responsabilidade dos especialistas, das firmas consultoras, dos entendidos.

[...]

Esse repúdio ao tecnicismo, entretanto, não deve levar a posições que mistifiquem a participação social, porque as opiniões das pessoas e das comunidades estão condicionadas pelo seu grau de conhecimento e informação, pela sua experiência acumulada. Se uma pessoa vive ignorante da sua possibilidade de mudar uma situação, sempre vai defender o conhecido. Sem informação, sem emoção colectiva, sem capacidades de gestão, a participação social não tem suficiente força para mudar relacionamentos insustentáveis e injustos. Por si só, a participação social não é suficiente para assegurar a eficácia de qualquer proposta. E isso não significa desvalorizar o saber popular, senão afirmar que esse conhecimento colectivo representa um processo de aprendizado constante. Idealizar ou supervalorizar o saber popular conduz ao populismo. Um planeamento técnico sem participação pode ser tão estéril quanto uma participação sem informação técnica.

[...]

Malmequeres, margaridas, amoras, amores-perfeitos, rosas de maracujá, rosas de bicos de serra, flores da paixão, parras, dâlias, gerânios, hortênsias, etc. Não é uma pintura. No entanto, os motivos florais escolhidos, ligados entre eles, figuram uma obra. Não é um jardim botânico. Contudo, os nomes evocam perfumes. É, sim, um trabalho de mãos, de mãos de mulher.

Rendas do Pico



Fotos: Maria do Rosário Aranha



A arte tem como musa uma ilha: o Pico, o Pico e a sua natureza sobeja, em germinação constante. A contemplação da realidade circundante alimentou a imaginação de várias gerações de mulheres. À volta de um candeeiro de óleo de baleia, de gata ou petróleo, mãos obreiras com dedos tecidos de linha faziam milagres. Tãmanha era a arte que alguns nomes de artesãs ficaram para a posteridade, baptizando o motivo engenhado, tal como a rosa da Prezada, da Céu; a flor da Héla, da Maria Palmira, da Prudência, etc. "Cada trabalho tem o seu nome, e depois, há o trabalho artístico, como, por exemplo, um conjunto de várias rosas: uma rosa de bicos de serra, junta-se com uma rodela de ilhoses, depois põe-se os cachos de uva, junto com parras. Isto chama-se o trabalho artístico." Assim fala, Esméria Serpa, artesã de renome, de uma família onde a arte de fazer renda passa de mãe para filha.

O Pico todo faz renda

No Sudeste da Ilha destaca-se uma freguesia: São Mateus. As mulheres não iam para a terra em São Mateus. Assim, à parte dos trabalhos domésticos, dedicavam o seu tempo às rendas e aos bordados. São Mateus produzia quilos e quilos de rendas. O primeiro destino eram casas comerciais na Horta. Daí partiam para os quatro cantos do planeta. Refira-se um senão: ficavam conhecidas e reconhecidas como "Rendas do Faial". Actualmente, para fazer jus à verdade, de um modo geral, fala-se em "Rendas do Pico e Faial". Mas, certo é que, o número "oficial" de rendeiras é superior no Pico. Não obstante, o tempo pode acabar com tudo. Segundo a própria sentença da Esméria Serpa, "quando as velhas morrerem, já não há ninguém para ensinar."

Outrora, o trabalho era mais bonito. A linha era mais fina e de melhor qualidade. Era francesa. Pesava-se à grama. Embora a

materia prima tenha perdido perfeição, a arte, em si, obedece todavia a parâmetros tradicionais de qualidade e de excelência. Por exemplo, os pontos chamados "ilhoses" e "gregas", são pontos que podem sofrer uma certa manipulação negativa. Na confecção de "ilhoses", "enrolam-se linhas no pau e depois é caseado". Outro método para se obter um resultado similar, passa pela utilização de uma argola de plástico e o casear. "Mesmo a grega, por dentro são fios torcidos, depois é que se vai caseando. Em termos de qualidade, não se podia pôr muita linha, pois ficava muito grosso e revirava." Releva-se aqui o acento dado ao carácter genuíno do processo.

Qualidade certificada

Hoje em dia, os procedimentos fraudulentos desenvolvem-se a uma escala bem superior. Ao trabalho pouco escrupuloso e isolado veio sobrepor-se a praga da imitação "Made in China". "Começaram a fazer na China trabalhos falsificados em fábricas. Já não é trabalho feito à mão. Imita." A equação: produção em série mais preço reduzido, no mercado global, implica, a nível local, o descrédito do produto original, a concorrência desleal, o prejuízo económico e social. A fim de salvaguardar a qualidade e a genuinidade do trabalho artesanal, assim como os rendimentos do artesão, recorre-se à certificação.

Segundo a Portaria n.º6/2000 de 27 de Janeiro, "tendo em conta que as "Rendas dos Açores", constituem um importante legado do nosso artesanato, bem como um pólo dinamizador da criação de emprego feminino, cuja protecção, dinamização e divulgação se impõe", passam a ser certificadas ao abrigo da marca colectiva de origem "Artesanato dos Açores". No mesmo texto, figura um anexo, dedicado às "Rendas Típicas do Pico e Faial". De forma a fazer-se valer da marca colectiva de origem

"Artesanato dos Açores", as rendas terão que preencher todos os requisitos de qualidade e execução definidos naquele diploma. Graças à intervenção do Centro Regional de Apoio ao Artesanato o património está em boas mãos. O ser artesão ainda não goza de semelhante protecção.

Aspectos económicos e legais da questão não podem ser descurados. De uma forma geral, a população feminina em idade de trabalhar, ao contrário da população masculina, vê-se confrontada com a falta de emprego. O estatuto, ou melhor, a ausência de estatuto da artesã também exerce uma influência crescente na desmotivação das pessoas. Entre uma situação votada à precariedade e um emprego seguro numa fábrica, a escolha parece lógica. O sintoma corolário, e ao mesmo tempo, subjacente desta questão é a perda lenta, mas certa de um saber-fazer, que, há muito tempo, já não passa de mãe para filha.

As raparigas deixam a ilha para estudar ou para trabalhar; as mulheres, que ainda costumavam fazer rendas, tomam o caminho da fábrica e as senhoras idosas, artistas na sua arte, vão desaparecendo, levando com elas os segredos dos malmequeres, margaridas, amoras, rosas de amores-perfeitos, rosas de maracujá, rosas de bico da serra, flores da paixão, parras, dâlias, gerânios, hortênsias, etc.

Maria do Rosário Aranha

Nota: A divulgação do produto "Esméria Serpa - Rendas do Pico" (folhetos e sacos promocionais) foi feita através de um projecto co-financiado pelo LEADER II da Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores - ADELIADOR.

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Propriedade:

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Administração e Redacção:

INDE/Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II
Rua Marquesa de Alorna, nº 34 - 2º Esq.
1700-304 LISBOA
Tel. 21.8446595 | Fax. 21.8446623
Email. caleader@inde.pt
Site: <http://caleader.inde.pt>

Mensário

Director: Samuel Thirion

Editor: Camilo Mortágua

Chefe de Redacção:

Francisco Botelho

Editor Gráfico: Ana Alvim / Isto É

Redacção:

Helena Santos, João Limão, Paula Matos dos Santos; Maria do Rosário Aranha

Colaboram neste número:

ADDLAP, ADIRN, Luís Alvarez, Luís Chaves, Samuel Esteves

Paginação e pré-impressão:

Isto é, comunicação visual, lda
Rua de Serralves, 693-697
Apartado 1503
4107-001 PORTO
Tel.: 22 616 65 70 | Fax: 22 616 65 79
e-mail: isto-e@esoterica.pt

Impressão:

Tipografia Silvas, CRL
Rua D. Pedro V, 122 - 1º E
1250-094 LISBOA

Número de exemplares: 4.000

Depósito Legal nº 142 507/99

Registo ICS nº 123 607



Comissão Europeia

Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II